



4. SISTEMA DE SUSTENTAÇÃO ADAPTADO

4.1. GÊNESE DA REGIÃO

O Paraná foi o último espaço da Região Sul do País a ser integralmente colonizado, pois, a despeito das suas regiões sul e leste serem habitadas desde o Século XVII, a maior parte do território paranaense permaneceu inexplorada até o final do Século XIX. A partir dessa época iniciou-se o desbravamento da Região Norte do Estado, quando fazendeiros de Minas Gerais e São Paulo cruzaram o Rio Itararé à procura de terras férteis para a cafeicultura, ocupando a área hoje compreendida pelas regiões de Jacarezinho e Tomasina. Resultou desse movimento, a fundação de vários povoados, como os de Cambará, Jacarezinho, Santo Antonio da Platina e Ribeirão Claro, na região que mais tarde viria a ser conhecida como Norte Velho ou Norte Pioneiro do Paraná.

Posteriormente, atravessando o Rio das Cinzas à procura de terras mais produtivas, esses ocupantes estabeleceram-se na margem ocidental do Rio Tibagi, onde, confrontados com as dificuldades de escoamento da produção cafeeira, fundaram a “Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná”, com o objetivo de construir 29,0km de trilhos entre Cambará e a cidade de Ourinhos, a partir da qual, através da Estrada de Ferro Sorocabana, o café produzido em suas fazendas poderia ter acesso ao Porto de Santos para ser exportado. Iniciadas em 1922, as obras da ferrovia foram inauguradas em 1925, quando a primeira composição ferroviária cobriu o percurso entre as cidades de Ourinhos e Cambará.

Entretanto, o real interesse por esta vasta região surgiu em 1923, quando, a convite do Presidente Arthur Bernardes, um grupo de empresários ingleses visitou o Brasil com a finalidade de identificar oportunidades de investimento no País. A missão foi liderada por Lord Montagu que trouxe consigo Simon Joseph Fraser - Lord Lovat - perito em agricultura e reflorestamento. Após percorrerem várias regiões, principalmente do Estado de São Paulo, estiveram em Cambará, na Fazenda de café do Sr. Antonio Barbosa Ferraz Júnior, o qual fazia parte do grupo de fazendeiros que fundou a supra citada Companhia Ferroviária, tendo ficado impressionados com a fertilidade das terras roxas do Norte do Paraná, o que os levou a vislumbrarem a possibilidade de investir na exploração dessa rica região.

Em 1925, esse grupo de investidores ingleses fundou uma empresa denominada “Paraná Plantations Ltd” que se propunha, entre outros objetivos, a adquirir terras na Região Norte do Paraná para plantio de algodão, bem como o controle da referida ferrovia. Com o fracasso da cotonicultura nas fazendas que possuía em São Paulo, contudo, a empresa, através de sua subsidiária brasileira “Companhia de Terras Norte do Paraná” - CTNP, ou simplesmente “Companhia”, como passou a ser conhecida, decidiu destinar as glebas na Região Norte do Paraná exclusivamente à colonização. Com o apoio do Governo do Estado, a empresa iniciou suas atividades, procurando eliminar quaisquer dúvidas quanto à legitimidade das terras que seriam colocadas à venda, o que a obrigou, em alguns casos, a comprar os títulos da mesma área até três vezes, ou seja, do Estado, de outras colonizadoras que atuavam na região e de posseiros aí localizados. Foi adquirida do Governo do Paraná uma área inicial de 415.000 alqueires, compreendida entre os Rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, a qual, após negociações posteriores, chegou em 1927 ao total de 544.017 alqueires paulistas. Somente depois de três anos de preparativos, é que os colonizadores puderam colocar em prática seus planos de venda de terras, os quais eram baseados nas seguintes diretrizes:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

- sobre os divisores de águas principais da região seria estendido um grande eixo rodo-ferroviário, do qual ramificar-se-ia uma extensa rede de rodovias secundárias, correndo também sobre os demais espigões do terreno;
- a área rural seria subdividida em sítios com área média de 12 alqueires, tendo frente para a estrada de acesso e fundos para um curso d'água;
- na parte alta dos lotes seria desenvolvido o cultivo de café e na parte baixa localizadas a residência, horta e criação de animais para consumo da família, sendo a água obtida de poços ou do próprio rio;
- sobre o eixo rodo-ferroviário principal seriam fundados quatro grandes centros urbanos, distanciados de 100 km, em média, entre si e destinados ao provimento de bens e serviços para a região, sendo contados, de leste para oeste: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama;
- sobre o eixo principal e os secundários, seriam criados núcleos urbanos menores, distanciados de 10 a 15 km, para o abastecimento da população rural vizinha e para o desembaraço da produção cafeeira.

Após assumir o controle da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná em 1929, a empresa iniciou o prolongamento de suas linhas de Cambará em direção a Jataí, localizada às margens do Rio Tibagi, objetivo que foi alcançado em 1932. Após a conclusão da ponte sobre esse rio em 1935, as obras da ferrovia prosseguiram rumo a oeste, atingindo o núcleo urbano de Londrina - onde em 1929 a Companhia já havia instalado sua base de operações na Região - e depois, sucessivamente, os patrimônios de Cambé, Rolândia, Arapongas e Apucarana, que foi alcançado pelos trilhos da estrada de ferro no ano de 1943.

O empreendimento da CTNP prosperou com sucesso, em que pese ter-se iniciado em uma época de longa recessão, deflagrada com a crise de 1929 e só superada em 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial, sucesso esse devido, em grande parte, à política de valorização da cafeicultura mantida pelo Governo Federal no período. Durante tal conflito, a Inglaterra, necessitando de recursos para seu esforço bélico, promoveu o retorno compulsório dos capitais aplicados no exterior, tendo vendido a Companhia em 1944 a um grupo de investidores paulistas, que, apesar de mais tarde terem mudado sua razão social para "Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná" - CMNP, mantiveram inalterados os planos de colonização então em andamento na Região.

Com o término da Guerra, a demanda reprimida do mercado internacional pelo café explicitou-se de forma instantânea, a qual, frente a uma oferta limitada do produto, provocou súbita elevação do seu preço no mercado, induzindo a uma grande procura por novas terras para plantio de café. O Norte do Paraná apresentava as condições ideais para satisfazer essa procura, basicamente em função dos seguintes fatores:

- grande fertilidade dos solos inexplorados de terra roxa;
- disponibilidade de terra a preços atraentes nas vastas glebas da Companhia que, por serem devidamente legitimadas, ofereciam segurança aos compradores;
- infra-estrutura viária adequada para acesso ao território e escoamento da produção;
- existência de uma ampla rede de assentamentos urbanos para atendimento às necessidades da população e aos requisitos da principal atividade produtiva.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Esses fatores, atuando do lado da oferta, sob a pressão de uma consistente demanda pelo café no mercado internacional, determinaram uma veloz apropriação territorial na Região, com o extraordinário crescimento da população rural, que perdurou até o final dos anos 60. Ademais, a alta densidade demográfica, fruto do módulo fundiário adotado e da intensiva ocupação de mão-de-obra pela cafeicultura, combinada com a grande fertilidade do solo e a elevada renda gerada pelo café na época, ocasionou o surgimento de um sólido mercado para o setor terciário, ensejando o crescimento ainda mais rápido da população urbana, o que possibilitou a estruturação de uma densa rede de cidades na Região. Foi nessa conjuntura de acelerada apropriação do espaço produtivo e excepcional crescimento demográfico que se completou a implantação do projeto de colonização que a Companhia levou a cabo no Norte do Paraná, e que resultou na venda de 41.741 propriedades rurais, além de 70.000 lotes urbanos, distribuídos pelas 63 vilas e cidades que fundou, aí incluída Apucarana.

O que motivou o deslocamento de intensos contingentes populacionais de todo País para o Norte do Paraná no início da sua colonização, durante os anos 40 e 50, foi o fato de representar um verdadeiro "Eldorado", que acenava com a possibilidade de enriquecimento rápido para as famílias que se dispusessem a engajar na frente cafeeira que varria a região. A política da Companhia de dividir a área rural em pequenas e médias propriedades, oferecia à maioria dessas famílias a possibilidade de possuir, pela primeira vez, terra própria para plantar, acenando-lhes com a oportunidade de progresso material que só dependia da determinação em explorar terras virgens e cultivar um produto que somente depois de alguns anos produziria rendimentos - o café. Apesar disso, grande parte dos pioneiros que se deslocou para a região continuou mantendo fortes laços emocionais e afetivos com suas áreas de origem, a elas pretendendo voltar assim que tivesse realizado seus objetivos econômicos e financeiros.

A conjugação desses fatores resultou num processo de competição entre pessoas marcado por forte individualismo e orientado pela busca de realização financeira no menor tempo possível, sem qualquer preocupação com o conjunto social do qual participavam. Inexistia a intenção de permanecer na nova terra, o que implicava em grande desprendimento quanto a conforto pessoal e desinteresse na construção de empreendimentos de maior solidez, além de total descompromisso com a região que os havia acolhido. Inicialmente, a fácil penetração do café no mercado exterior e, mais tarde, a política do Governo Federal de sustentação dos preços do produto, garantiam a renda necessária para a manutenção dos padrões de vida dessas populações, oferecendo-lhes uma confortável segurança emocional. Com o tempo, este individualismo foi gerando uma estrutura social sem coesão e senso de solidariedade, bem como de apego à Cidade, gerando efeitos que, posteriormente, iriam expressar-se na baixa qualidade dos espaços urbanos da região, sobretudo nas áreas de expansão posteriores àquelas inicialmente urbanizadas pela CTNP.

Embora tal fenômeno fosse comum a todos os núcleos urbanos do Norte do Paraná, Apucarana, pelo fato de ter sido, por muito tempo, o ponto terminal da ferrovia - "boca de sertão" no dizer da época - desfrutou de condições altamente vantajosas para comercializar a produção agrícola das áreas rurais adjacentes, o que impulsionou grandemente o seu crescimento econômico e demográfico. A partir da metade da década de 60, contudo, esgotada a fase de desenvolvimento sócio-econômico extensivo, verificou-se o surgimento de intensos fluxos migratórios do Norte do Paraná, tanto para fora do Estado quanto para os



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

centros urbanos maiores da própria região, tendo o Município passado a integrar o conjunto de cidades-alvo dessas migrações, fatores esses que, combinadamente, provocaram o rápido declínio da força do individualismo como fator de propulsão do desenvolvimento regional. Apucarana atualmente, embora de maneira pouco expressiva, ainda atrai populações provenientes da área rural, o que vem provocando alteração na composição das classes sociais na Cidade, com a participação crescente de camadas com baixo nível de renda e sérios problemas sociais, nas quais os índices de desemprego, desemprego disfarçado ou subemprego decorrem das características sazonais das atividades agrícolas.

4.2. GÊNESE DA CIDADE

Após fundar Londrina, a Companhia decidiu abrir os núcleos urbanos secundários de abastecimento à zona rural e de desembaraço da produção cafeeira, previstos no seu plano de colonização do Norte do Paraná, dentre os quais o de Apucarana. Seu nome, segundo o historiador paranaense Romário Martins, seria uma contração da frase "APÓ-CAARÃ-ANÃ" que, na língua dos índios Guaianases, antigos habitantes da região, significa: APÓ - a base; CAARÃ - semelhante à floresta; ANÃ - imensa. Em 1938 a CTNP designou o Sr. Benevides Mesquita para coordenar a fundação do novo patrimônio, o que compreendia a demarcação da área urbana e sua divisão em lotes para a venda.

Não bastasse o fato de ter sido concebida para ser um pequeno núcleo de apoio rural, Apucarana, desde o nascedouro, foi tratada pela Companhia com grande descaso, recebendo muito menos atenção que os demais núcleos secundários por ela fundados na época. Tal atitude da CTNP pode ter sido motivada pela proximidade de Apucarana a Londrina - onde ela já havia montado uma estrutura de serviços e venda de terras - levando-a a concentrar seus investimentos em locais situados mais à oeste e com maior centralidade na sua imensa gleba, a exemplo de Mandaguari e Maringá. Entretanto, o fator que mais pesou na atitude da Companhia de não prestigiar o patrimônio recém-fundado talvez tenha sido a existência de outros proprietários de vastas áreas de terra em suas cercanias, o que a teria levado a perder o interesse pelo novo povoado, como se depreende do fato da mesma ter aberto uma estrada ligando diretamente Arapongas a Mandaguari, desviando Apucarana através do vilarejo de Caixa de São Pedro, o que representou medida estranha à política que sempre adotou de construir as estradas por sobre os espigões.

Mais tarde, Apucarana veio a ressentir-se também da falta de apoio da Administração do Município de Londrina, ao qual pertencia, tendo esse descaso, em contraste com seu dinamismo econômico inicial, alicerçado no "boom" cafeeiro do período, motivado os apucaraneses a empreenderem um forte movimento pela emancipação política do povoado. A iniciativa foi fortalecida com a criação da Paróquia, em 8 de dezembro de 1943, e acabou sendo acolhida pelo Interventor Manoel Ribas, através da promulgação, em 30 de dezembro de 1943, do Decreto nº 199 que, além do Município, criava simultaneamente a Comarca de Apucarana. A instalação da nova comuna ocorreu a 28 de janeiro de 1944, tendo o Tenente Luiz José dos Santos como seu primeiro Prefeito. A paróquia foi instalada em 18 de março de 1944, sendo nomeado como primeiro vigário o Padre Francisco Korner, e a comarca no dia 19 de abril do mesmo ano, com o Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa na condição de seu primeiro titular.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

O extraordinário crescimento da rede urbana regional surpreendeu a todos, inclusive a própria Companhia que, conforme planejava novos centros urbanos na região, ia ajustando para cima a população de projeto dessas comunas, as quais, todavia, sempre acabavam deixando para trás as projeções iniciais. Apesar de todos os centros urbanos da região terem crescido mais que o esperado, Apucarana foi um dos que mais prosperou, não apenas pelo fato de integrar o aglomerado urbano mais importante do Norte do Paraná - o Eixo Londrina-Maringá - mas, sobretudo, por sua privilegiada posição como principal entroncamento rodoferroviário da região na época. Tal crescimento acabou por alterar profundamente as características econômicas e funcionais da cidade, fazendo-a extrapolar em muito o seu papel inicial de pequeno centro abastecedor da zona rural para assumir, nitidamente, a condição de pólo regional com influência sobre uma vasta área composta por vários municípios.

Como resultado desse surpreendente desempenho, Apucarana passou a aparecer em todos os estudos de regionalização do Estado como centro de importância significativa dentro da região setentrional paranaense. De fato, na regionalização adotada pelo IBGE o Paraná encontra-se dividido em 10 Mesorregiões, subdivididas em 39 Microrregiões Geográficas, abrangendo um total de 399 municípios. Apucarana faz parte da Mesoregião 03 - Norte Central Paranaense - na qual foram identificadas oito microrregiões, a saber: Londrina, Astorga, Porecatu, Apucarana, Floraí, Faxinal, Ivaiporã e Maringá. A Microrregião de Apucarana abrange 2.266,12 Km² e no ano 2000 abrigava uma população total superior a 250.000 habitantes, com densidade média de 110,81 hab/ha, cujo crescimento demográfico médio no período 1991/00 foi de 17,1. Ver Quadro 2.

QUADRO 4.1 MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE APUCARANA

MUNICÍPIO	ÁREA (Km ²)	POP 1991 (Hab.)	POP 2000 (Hab.)	VARIAÇÃO (%)
Apucarana	555,52	95.064	107.827	13,4
Arapongas	370,02	64.556	85.428	32,3
Califórnia	137,39	7.329	7.678	4,8
Cambira	166,48	6.352	6.688	5,3
Jandaia do Sul	188,09	18.574	19.676	5,9
Mariilândia do sul	389,50	9.237	9.071	-1,8
Mauá da Serra	109,74	4.527	6.471	42,9
Novo Itacolomi	158,98	3.441	2.866	-16,7
Sabáudia	190,40	5.293	5.413	2,3
TOTAL	2.266,12	214.373	251.118	17,1

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Na divisão regional elaborada pela antiga Superintendência do Desenvolvimento do Extremo Sul - SUDESUL, por sua vez, foram identificadas no Paraná 16 Microrregiões Geoeconômicas, dentre as quais a de número 8 - Microrregião de Apucarana - que, na prática, tem a mesma abrangência da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, já mencionada anteriormente. Nesse nível de polarização, Apucarana comanda uma região abrangendo quase 7.500,00 Km² com 26 municípios, cuja população total em 2000 era de 316.337 habitantes. Ultimamente, porém, essa região vem apresentando um comportamento recessivo quanto à evolução demográfica, uma vez que, no Censo de 1991 sua população total superava os 325.000 habitantes, o que significou um declínio médio de 2,7% no seu efetivo populacional no intercenso 1991/00. Esse índice, no entanto, não espelha com fidelidade o que ocorreu na Microrregião quanto à variação demográfica, uma vez que, excluindo-se Apucarana e Mauá da Serra do conjunto, resulta um decréscimo médio de 10,4% na



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

população dos demais municípios no último período intercensitário. Esse fato é motivo de preocupação para as lideranças apucaranaenses porque tal retração demográfica é sintoma de estagnação econômica e tanto uma quanto a outra constituem vetores de entropia para as atividades produtivas e, portanto, para o desenvolvimento de Apucarana.

4.3. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

O Município de Apucarana possui quatro distritos administrativos, sendo o de Pirapó o mais antigo e o mais próximo da sede municipal. São Pedro e Correia de Freitas foram criados na mesma data, sendo o primeiro o mais afastado da sede, enquanto o de Vila Reis, criado em 1969, apesar de ser o mais recente, é aquele cuja sede é a mais populosa. O Município conta ainda com os povoados de São Domingos, São Pedro da Taquara, Barreiro, Tatuquinho e Pinhalzinho, todos distantes da sede, carentes de infra-estrutura e com reduzidos contingentes demográficos, na sua maioria constituídos de trabalhadores rurais.

O Distrito de Pirapó, criado pela Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951, localiza-se às margens da rodovia BR-376, na saída para Maringá, a 9km da sede municipal, com a qual mantém intensos fluxos de comunicação, podendo a sua sede ser considerada como cidade-dormitório de Apucarana. Com 4.262 habitantes no Censo de 2000, dos quais 1.717 na zona rural e 2.545 na urbana, possui duas escolas municipais de 1º grau, uma creche e um Posto de Saúde, onde o atendimento médico-odontológico é realizado semanalmente. A economia local é fundamentalmente agrícola, baseada em grandes fazendas, sendo o comércio constituído de pequeno comércio varejista, além de um restaurante, agência bancária, cartório de registro civil, sub-delegacia de polícia, módulo policial e posto da TELEPAR, além de um cemitério municipal. A infra-estrutura inclui saneamento, energia elétrica e pavimentação viária, estando as atividades recreativas restritas à praça existente na entrada do Distrito e a um salão de festas junto à Igreja, onde se realiza uma festa religiosa tradicional no dia 28 de maio, dia da padroeira local, além da festa em comemoração ao dia dos motoristas, realizada em julho.

O Distrito de São Pedro, criado pela Lei nº 18 de 20 de março de 1961, tem sua sede localizada às margens da rodovia PR-444, a 24 km da sede municipal, à qual se liga pela rodovia pavimentada Erwin Schindler, que termina na sede do Distrito de Pirapó, e, a partir desta última, demanda à sede municipal através da BR-376. A população em 2000 era de 994 pessoas, sendo 590 na zona rural e 404 na urbana, das quais, a maioria era constituída por trabalhadores rurais das grandes fazendas vizinhas. Possui uma escola municipal de 1.º Grau. A infra-estrutura inclui as redes de saneamento, energia elétrica e posto da TELEPAR, contando com uma única via pavimentada. O comércio é constituído de apenas um armazém e um bar, o que leva seus moradores a procurarem a Cidade de Arapongas para suas compras, pelo fato do acesso do Distrito a esta ser melhor e mais curto do que em relação à Apucarana. A recreação restringe-se a eventuais festas da igreja e a um campo de futebol.

O Distrito de Correia de Freitas também foi criado pela Lei nº 18 de 20 de março de 1961 e sua sede está localizada a 15,0km da sede municipal, à qual está ligada através da BR-376. Sua população em 2000 era de 5.944 habitantes, sendo 1.549 na zona rural e 4.395 na urbana, dos quais, todavia, apenas 330 residindo na própria sede do Distrito. De fato, mais de 4.000 dos seus habitantes urbanos residem na Cidade de Apucarana, o que se deve à inadequação da sua linha divisória com o Distrito-Sede, pois quando tal divisa foi estabelecida em 1961 estava distante dos limites da área então urbanizada da sede municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

e, com a expansão posterior desta, aquela linha divisória foi ultrapassada, ficando parte de Apucarana dentro do território do Distrito de Correia de Freitas, distorção essa que necessita ser corrigida através de alteração na Lei dos Perímetros das Zonas Urbanas do Município. A sede do Distrito possui uma Escola Municipal de 1º grau e um Posto de Saúde, onde o atendimento médico-odontológico é realizado semanalmente. O comércio local é constituído por bares e mercearias e a infra-estrutura urbana inclui as redes de água, energia elétrica e telefonia, bem como pavimentação na avenida central. A recreação se resume às festas da Igreja e a um campo de futebol.

O Distrito de Vila Reis, criado pela Lei nº 43 de 09 de setembro de 1969, está situado às margens da Rodovia BR-376, na saída para Curitiba, a 10,0km da sede, contando em 2000 com uma população de 4.488 habitantes, dos quais 1.548 vivendo na zona rural e 2.940 na urbana. Devido à proximidade e à facilidade de comunicação com Apucarana, grande parte da sua população trabalha ou estuda nesta última, assumindo a sede do Distrito, por isso, a condição de cidade-dormitório da sede municipal. Possui uma Escola Municipal de 1º grau e um Posto de Saúde, sendo a infra-estrutura composta das redes de saneamento, energia, telefonia e pavimentação viária, além de uma praça arborizada, com módulo policial.

4.4. OCUPAÇÃO DO SOLO

4.4.1. A Estruturação do Espaço Urbano

A exemplo dos demais núcleos urbanos fundados pela Companhia de Melhoramentos na Região, Apucarana obedeceu a um projeto urbanístico previamente estabelecido, cuja implantação teve início no ano de 1938. De acordo com o projeto, a Cidade assentava-se a cavaleiro sobre o divisor de águas dos rios Paranapanema e Ivaí, no segmento atualmente compreendido entre a Praça Mauá e a Praça Manoel Ribas, desenvolvendo-se ao sul da ferrovia, cujo traçado já se encontrava pré-estabelecido por ocasião do planejamento do novo núcleo urbano. Nesse trecho do espigão, a parte plana do topo, favorável à urbanização, era relativamente estreita, a partir da qual as declividades aumentavam progressivamente em direção às cabeceiras dos inúmeros cursos d'água que nasciam próximos ao citado divisor de águas, chegando, em muitos locais, a superar os 30,0% de declividade, o que, a par de restrições geotécnicas, os tornava impróprios à urbanização.

Seguindo as diretrizes adotadas pela Companhia na implantação de cidades no Norte do Paraná, as ruas de Apucarana foram traçadas procurando tirar partido das características do relevo, sem, contudo, afastar-se da configuração básica do arruamento em "xadrez", o qual, além de proporcionar facilidade, rapidez e precisão de locação no terreno, torna mais econômica a implantação das redes de infra-estrutura. O perímetro urbano foi guarnecido por uma faixa de pequenas chácaras, destinadas a abastecer a sua população com produtos hortifrutigranjeiros, reproduzindo um modelo, bastante difundido na época, na qual tais chácaras compunham o chamado "cinturão verde" da cidade. O projeto urbanístico de Apucarana compreendia uma superfície de 183,5ha, repartida em 112 quadras, além de três praças, do Cemitério da Saudade e do Parque do Lagoão. A área urbana estava dividida em cerca de 1.908 lotes, capazes de abrigar uma população de aproximadamente 5.000 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica em torno de 27,5 hab/ha, área essa que, segundo as expectativas da Companhia, seria suficiente para absorver o crescimento demográfico projetado, sem necessidade de ampliação no futuro.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Durante a década de 40, todavia, o dinamismo econômico da região atraiu maciços contingentes demográficos para o Norte do Paraná, o que se traduziu no crescimento explosivo da população rural e no incremento ainda mais intenso da população de sua rede urbana, constituída pelas inúmeras cidades e vilas que foram sendo criadas na esteira do movimento de apropriação do espaço regional. No bojo desse conjunto, destacou-se o crescimento do povoado de Apucarana que, já no Censo de 1950, havia superado largamente a população e o perímetro urbano previstos no seu projeto original.

De fato, na década de 40 surgiram 26 loteamentos em Apucarana, somando o total de 154,4ha à sua área urbanizada e acrescentando 2.417 novos lotes ao estoque existente, o que representou um acréscimo de 84,1% sobre os 183,5ha do seu projeto original, fazendo a área urbanizada da Cidade atingir 337,9ha e seu acervo de lotes chegar a 4.325 unidades em 1950. Cabe registrar que esses 26 loteamentos surgiram apenas entre 1945 e 1950, com a média de 4,3 loteamentos por ano, o que se explica pelo extraordinário dinamismo do Norte do Paraná após o fim da Segunda Guerra Mundial, já comentado no Capítulo sobre a Gênese da Região. Em 1950, quando Município apareceu pela primeira vez em um censo demográfico, sua população urbana compreendia um contingente de 11.981 habitantes que, referido à área urbanizada de 337,9ha, resultava em uma densidade de 35,5hab/ha. Tendo em vista que a densidade prevista no projeto original não chegava aos 28,0hab/ha, conclui-se que o crescimento observado na década de 40 foi bastante salutar, uma vez que, proporcionalmente, a população cresceu mais do que a área urbanizada, representando o aumento da economicidade e coesão internas da mesma. Ver Quadro 4.2.

Nos anos 50, a ocorrência de duas fortes geadas em 1953 e 1955 teve efeito devastador sobre a cafeicultura da Região, afetando negativamente seu nível de atividade econômica, o que, entre outras consequências, provocou a redução do ritmo de crescimento físico da Cidade. Embora o número de loteamentos aprovados entre 1951 e 1960 tivesse aumentado para 33, a média anual de loteamentos aprovados caiu para 3,3, representando a incorporação de apenas 79,2ha e 2.064 lotes à área urbanizada da Cidade. Dessa forma, esta última passou a 417,1ha, com um acréscimo de 23,4% em relação aos 337,9ha de 1950, enquanto o acervo de lotes subiu a 6.389 lotes, significando um aumento de 47,7% sobre o estoque existente naquele ano. No Censo Demográfico de 1960 a população urbana de Apucarana chegava aos 21.203 habitantes, com um incremento de 80,0% no decênio, a qual, referida à área urbanizada de 417,1ha naquele ano, correspondia a uma densidade média de 50,8hab/ha, significando a manutenção de um resultado bastante positivo no quociente entre crescimento demográfico e expansão urbana.

O surgimento de novos loteamentos na década teve, como uma de suas consequências, o parcelamento das chácaras que compunham o cinturão verde adjacente à malha urbana do projeto urbanístico original da Cidade, as quais, por serem de reduzidas dimensões, passaram a gerar loteamentos pequenos, desconectados entre si, e com arruamentos visando apenas o maior aproveitamento de lotes, sem levar em conta a necessária articulação viária com loteamentos vizinhos, o correto dimensionamento das ruas e a melhor integração destas com a base natural, além de não disporem da infra-estrutura necessária, o que, em diversos casos, resultou em problemas ambientais graves, tais como erosão remontante e poluição hídrica. Como resultado do crescimento baseado na subdivisão desses pequenos lotes rurais, a cidade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

passou a apresentar uma urbanização mais fragmentada que veio a romper a coesão da malha urbana presente no projeto original.

A recuperação do dinamismo econômico da Região, durante os anos 60, teve rebatimento ao nível do Município, quando foram implantados 53 novos loteamentos, com a incorporação de 225,6ha ao quadro urbano da cidade, o que fez sua área urbanizada chegar a 642,7ha em 1970, representando um acréscimo de 54,1% em relação àquela de 1960. Quanto ao número de lotes, foram criados nada menos que 4.625 unidades durante os anos 60, o que fez o seu estoque chegar a 11.014 datas em 1970, devendo-se registrar que dentre estas, 1.274 (27,5% do total) surgiram em conjuntos habitacionais populares implantados durante a década, como consequência da criação do Banco Nacional da Habitação - BNH em 1965. No Censo Demográfico de 1970 a população da cidade chegou a 41.813 habitantes, com um incremento 97,2% na década, que reflete a supra referida recuperação da Região. Tal contingente populacional, dividido pela área de 642,7ha acima resulta em uma densidade demográfica de 65,1hab/ha, ou seja, quase 30,0% maior que aquela registrada em 1960, o que traduziu um saudável adensamento da ocupação urbana no período.

O intenso crescimento nos anos 60 provocou grande valorização da terra, determinando, entre outros efeitos, o parcelamento de glebas cada vez mais afastadas do centro e em praticamente todas as direções, o que implicou na abertura de loteamentos localizados freqüentemente em áreas impróprias à urbanização e com sérias deficiências em infra-estrutura, que contribuíram para rebaixar o padrão de qualidade do espaço urbano. Assim, a urbanização começou a assumir uma tendência centrífuga, espalhando-se pelos divisores de águas secundários que se ramificavam do espigão principal, com o que passaram a ser internalizados à malha urbana as cabeceiras e fundos de vales que seccionavam a Cidade. Tal processo gerou um modelo de urbanização marcado por bairros estanques entre si, à semelhança dos dedos de uma mão espalmada, o que, além de penalizar seus moradores com o isolamento social, veio a acentuar a fragmentação territorial e a desorganização funcional da cidade, iniciada nas décadas anteriores.

Na década de 70, como comentado anteriormente, a substituição da cafeicultura pelo binômio soja-trigo no Norte do Paraná gerou profundas alterações nas suas relações de produção, provocando a liberação de maciços contingentes demográficos da zona rural e dos pequenos povoados da Região, a maioria dos quais migrou para outros estados do País, enquanto uma parcela menor dirigiu-se aos centros urbanos maiores do Paraná e da própria Região à procura de emprego e moradia, a exemplo de Apucarana. A despeito do número de loteamentos na Cidade ter caído para 33 durante a década, a área loteada subiu para 304,0ha, o que fez o seu total chegar a 946,7ha, com um acréscimo de 47,3% no decênio. Quanto ao número de lotes, foram criados 3.396 novas unidades, o que elevou o seu acervo para 14.410 em 1980, significando um acréscimo de 30,8% no período, valor esse cujo subdimensionamento em relação ao aumento da área é explicado pelo fato de que em vários projetos de loteamento aprovados na época não constava a informação sobre o número total de lotes. No Censo de 1980 a população urbana de Apucarana chegava a 67.161 habitantes, com um crescimento de 60,6% no decênio, a qual, referida à área urbanizada de 946,7ha acima, produzia a densidade de 70,9hab/ha, significando a manutenção do superávit na relação entre crescimento demográfico e expansão urbana verificado nas décadas anteriores.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

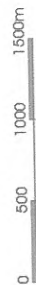
Nos anos 80 prosseguiu a transição da monocultura cafeeira para o modelo de agricultura diversificada capital intensiva, iniciada na década de 70, cujas lavouras, entretanto, eram todas menos empregadoras de mão-de-obra que a cafeicultura, mantendo-se, com isso, o processo de liberação de população do campo e das pequenas cidades da Região, comentado anteriormente. A maior parte dessa população, todavia, já havia migrado do Norte do Paraná durante a década de 70, tendo-se reduzido grandemente seu estoque demográfico passível de migração, motivo pelo qual o crescimento populacional de centros capazes de absorver fluxos migratórios foi muito menor nos anos 80 que no decênio precedente, sem falar na atração predominante exercida por Londrina e Maringá sobre essas migrações.

Com isso, o índice de crescimento da população urbana de Apucarana caiu de 60,6% na década de 70 para 28,2% na de 80, o que gerou paralela retração na expansão da sua área urbanizada, uma vez que durante o período 1981/1990 foram aprovados apenas 27 loteamentos e, embora a área loteada tivesse chegado a 340,8ha, esse crescimento não significou aumento no ritmo de expansão urbana, pois envolvia um número significativo de chácaras de lazer de grandes dimensões, como comprova o fato da quantidade de lotes criados ter baixado para 2.920 unidades, ou seja, 476 a menos que nos anos 70. Em função dos loteamentos aprovados de 1981 a 1990 a área urbanizada da Cidade chegou a 1.287,5ha e o seu estoque de lotes a 17.330 unidades, com incrementos respectivos de 36,0% e 20,3% no período. No Censo de 1991 a população urbana de Apucarana atingiu 86.079 habitantes, a qual, referida à área urbanizada de 1.287,5ha, correspondia à densidade de 66,9hab/ha, o que significou uma sensível retração nos níveis de adensamento, em comparação com aqueles referentes ao Censo de 1980.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO



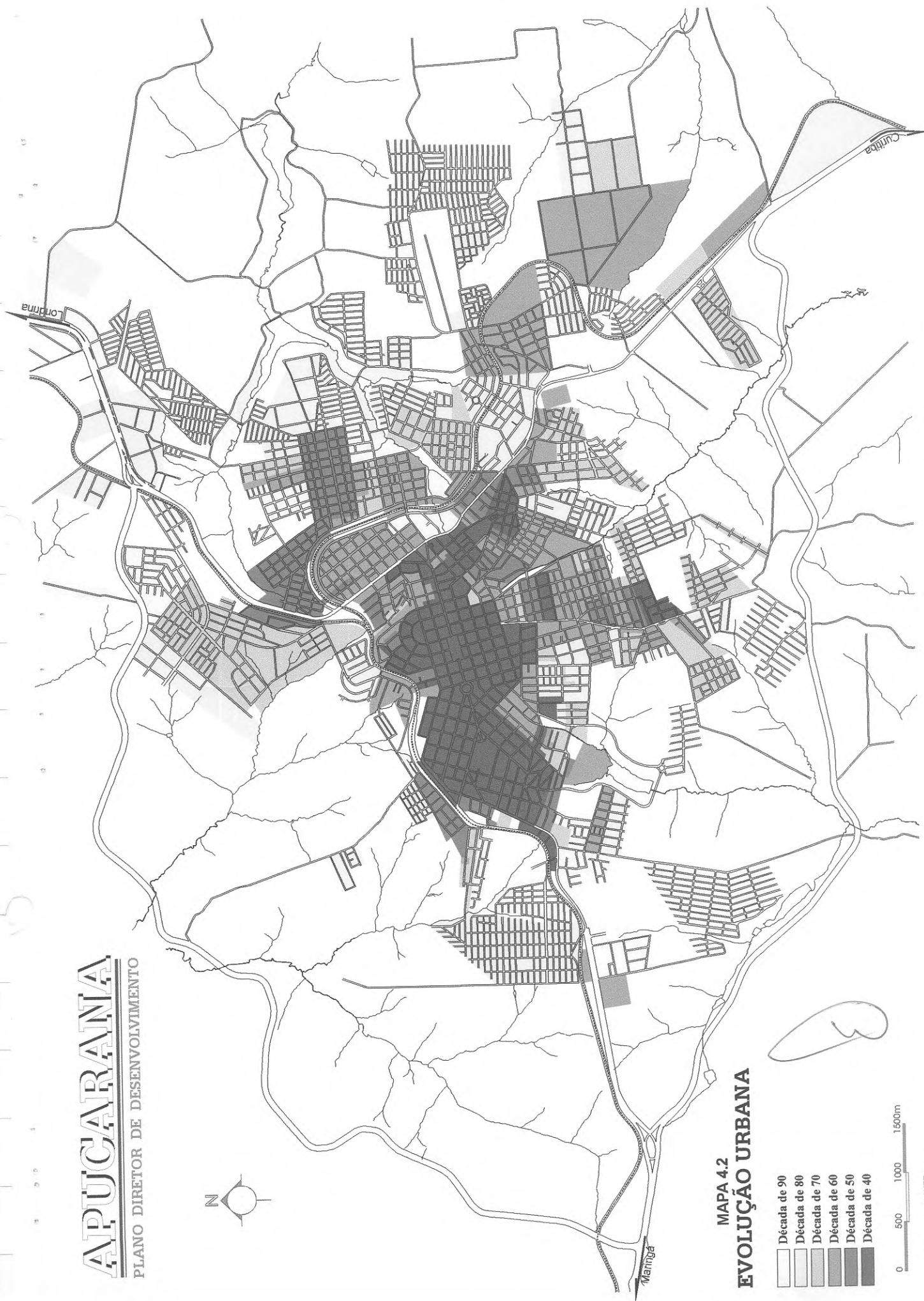
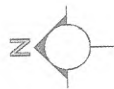
 Área urbana
 Área de expansão urbana
 Vias estruturais e contornos rodoviários
 Ferrovia



FONTE:
Prefeitura do Município de Apucarana

APUCARANA

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO



MAPA 4.2
EVOLUÇÃO URBANA

- Década de 90
- Década de 80
- Década de 70
- Década de 60
- Década de 50
- Década de 40

0 500 1000 1500m

FONTE:
Prefeitura do Município de Apucarana



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

Nos anos 90 verificou-se a consolidação em Apucarana do modelo de agricultura baseado em culturas diversificadas capital intensivas, junto com o advento de novas lavouras de café, que, entretanto, também passaram a utilizar mão-de-obra volante em regime temporário de trabalho, o que continuou causando perda de população rural, ao lado do crescimento discreto da população urbana, que não passou dos 16,5% na década. Apesar disso, houve um intenso movimento de apropriação territorial, não só por parte dos loteadores, mas da própria Prefeitura e da COHAPAR, através da implantação de conjuntos habitacionais populares, tendo o número de novos loteamentos subido para 68 entre 1991 e 2000, com a incorporação de 603,4ha e 11.908 lotes à malha urbana da Cidade. Com isso, a sua área urbanizada elevou-se para 1.890,9ha e o seu acervo de lotes para 29.238 unidades, o que significou um aumento de 48,9% na primeira e de 68,7% nesse último. Dividindo-se a população urbana de 100.249 habitantes do Censo de 2000 pela área urbanizada de 1.890,9ha naquele ano, resulta a densidade de 53,0hab/ha, que representa uma preocupante queda de 21,7% em relação àquela de 66,9hab/ha registrada em 1991.

QUADRO 4.2. APUCARANA - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA ENTRE 1940 E 2000

Década	Loteam. Aprovados (un)	Superfície Criada (ha)	Superfície Acumul. (ha)	Lotes Criados (un)	Lotes Acumul. (un)	População Urbana (hab)	Densidade Demogr. (hab/ha)
1941-1950	26	154,4	337,9	2.417	4.325	11.981	35,5
1951-1960	33	79,2	417,1	2.064	6.389	21.203	50,8
1961-1970	53	225,6	642,7	4.625	11.014	41.813	65,1
1971-1980	33	304,0	946,7	3.396	14.410	67.161	70,9
1981-1990	27	340,8	1.287,5	2.920	17.330	86.079	66,9
1991-2000	68	603,4	1.890,9	11.908	29.238	100.249	53,0

Fonte: ASPLAN e IBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A evolução urbana de Apucarana, nos seus 64 anos de existência, evidencia que o crescimento demográfico e físico da Cidade até o final da década de 80 sempre esteve associado aos grandes movimentos sócio-econômicos ocorridos no Norte do Paraná, o que denota o caráter dependente e reflexo da economia dos centros urbanos da Região em relação às atividades produtivas rurais, podendo-se identificar dois grandes períodos na sua história econômica, sendo o primeiro de 1940 até 1970, caracterizado pelo processo de ocupação extensiva do território na esteira da frente cafeeira que o varreu de leste a oeste e cujo extraordinário dinamismo sócio-econômico permitiu o rápido e intenso povoamento da sua zona rural, a par do crescimento mais-que-proporcional de sua rede urbana. Já o segundo ocorreu entre 1970 e 1990, tendo sido marcado pelas profundas transformações ocorridas na economia regional, anteriormente comentadas, e que determinaram o esvaziamento demográfico do campo e a retração de seus pequenos povoados, com uma crescente concentração ao nível de seus centros urbanos maiores, a exemplo de Apucarana.

A partir da década de 90, contudo, observa-se que o crescimento físico e demográfico desses centros urbanos passou a responder a outros vetores que não apenas o desempenho das atividades agrícolas em suas áreas de influência, dentre os quais destacam-se as suas atividades secundárias não agroindustriais e aquelas de prestação de serviços desvinculados das atividades agro-pecuárias, o que, todavia, ainda está longe de significar um descolamento das economias desses centros urbanos em relação às atividades produtivas rurais, sendo que, no caso de Apucarana, como já mencionado, a proliferação de loteamentos populares





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

implantados pela Municipalidade e pela COHAPAR nos anos 90 também jogou um papel importante na expansão física da sua malha urbana.

Outro comentário importante refere-se aos dados sobre loteamentos utilizados na análise sobre a evolução da ocupação urbana em Apucarana, os quais foram levantados junto ao Cadastro Técnico Municipal, e que permitem supor estar havendo evasão de registros nesse Cadastro, uma vez que a área urbanizada de 1.890,9ha no ano 2000 é muito menor do que aquela de 2.758,0ha correspondente aos setores censitários urbanos da Cidade que, de resto, não abrangem todo o sítio urbano, mesmo levando-se em conta que a referida análise considerou só os loteamentos aprovados, não estando nela incluídas as áreas ainda não parceladas, nem as que foram objeto apenas de subdivisão. Os dados do Cadastro devem estar realmente desatualizados porque o número de apenas 29.238 lotes nele registrado é incompatível com o de 28.716 consumidores residenciais de energia elétrica e o de 28.665 domicílios abastecidos com água encanada no ano 2000, uma vez que, por um lado, sabe-se ser muito grande o número de lotes vagos na Cidade e, por outro, esses dois serviços atendem à quase totalidade dos imóveis prediais urbanos.

No Plano Diretor de 1994 o montante das datas não edificadas era estimado em 30,0% do estoque total de lotes do perímetro urbano e, considerando-se o grande número de loteamentos aprovados e a moderada taxa de crescimento demográfico da Cidade, entre 1994 e 2000, pode-se avaliar que aquele montante de terrenos baldios deve ter aumentado ou, na melhor das hipóteses, permanecido o mesmo, o que significaria hoje alguma coisa em torno de 12.000 datas. Mesmo que esse valor esteja superdimensionado, fica claro que, durante a década de 90, foi criado um número de lotes muito superior ao necessário para absorver o crescimento projetado da população, o que se traduz em excesso de lotes vagos e infraestrutura ociosa que penaliza financeiramente o Município e a sociedade. Tal constatação coloca a necessidade imperiosa e urgente de se reduzir a superfície total do perímetro urbano, para se evitar que sejam aprovados loteamentos distantes da área urbanizada atual, a fim de não se comprometer a coesão funcional e não aumentar os custos sociais de urbanização na Cidade.

Quanto às ocupações irregulares, existem 4 áreas no Município que foram ocupadas clandestinamente, transformando-se posteriormente em favelas, das quais a Vila Regina, localizada ao norte do pátio ferroviário, é a mais antiga. O Jardim Morada do Sol e uma outra área de invasão na sede do Distrito de Vila Reis também resultaram de ocupação irregular, o mesmo acontecendo com uma área localizada junto à BR-376 na saída para Maringá, próxima ao Distrito de Pirapó, cujos moradores, todavia, estão sendo transferidos para outras áreas localizadas na Cidade, através de um programa de reassentamento promovido pela Prefeitura. Cabe destacar que, em Apucarana, a proporção relativamente reduzida de áreas invadidas no conjunto da malha urbana certamente se deve à louvável decisão das sucessivas administrações municipais de implantar programas de assentamento de populações de baixa renda, os quais só não obtiveram sucesso mais completo porque a economia do Município não conseguiu gerar os empregos necessários para absorver as populações assentadas. Ademais, é preciso que esses programas sejam dimensionados a partir de levantamentos cuidadosos sobre a demanda por habitações populares, de forma que seja atendida apenas a população carente de moradia residente na Cidade, sem que haja "importação" de pretendentes de outros municípios ou regiões, o que esgotaria rapidamente a capacidade de investimento da Prefeitura nessa área, sem possibilidade de solução do problema.



4.4.2. Densidade Demográfica

Para se efetuar o estudo da densidade demográfica em Apucarana, dividiu-se o mapa da Cidade nos setores censitários urbanos utilizados pelo IBGE e calculou-se a densidade em cada um deles no Censo de 2000, resultando no Mapa 4.3. A primeira observação a ser feita refere-se à inadequação desses setores à área atualmente urbanizada da Cidade, onde vários bairros ficam fora dessa área, pertencendo a setores censitários rurais do Distrito-Sede ou, o que é pior, a setores censitários urbanos de outros distritos, tais como Correia de Freitas e Vila Reis. Tendo em vista que a definição das divisas dos perímetros das zonas urbanas no Município é matéria de competência municipal, e que os setores censitários respeitam os limites desses perímetros urbanos, conclui-se que seria fácil corrigir-se tal anomalia, bastando à Municipalidade modificar a sua Lei dos Perímetros das Zonas Urbanas do Município, aproveitando a redução a ser feita na superfície do mesmo, conforme recomendação anteriormente apresentada. Ver Mapa 4.3.

Ao se observar o Mapa 4.3, verifica-se que em Apucarana a distribuição das densidades populacionais não decresce gradualmente do centro para a periferia, como seria de se esperar em uma cidade cujos edifícios altos - embora pouco numerosos - estão concentrados na zona central e no seu entorno imediato. Verifica-se apenas uma pequena mancha com densidade superior a 60 hab/ha em torno da Avenida Curitiba, no segmento entre as ruas Demétrio Moreira e René Azambuja, que se estende até as ruas Clotário Portugal e Bandeirantes, enquanto o trecho restante do eixo leste-oeste principal da Cidade atravessa áreas com densidades contidas basicamente no intervalo de 20 a 40 hab/ha. Na verdade, o que se vê é uma grande mancha constituída por bairros com densidades entre 40 a 60 hab/ha ao sul da área central da Cidade, cujo baricentro está localizado aproximadamente no Jardim São Pedro, em torno da qual distribui-se de maneira quase que regular um "anel" constituído por áreas com densidades na faixa de 20 a 40 hab/ha, dentre as quais, como já comentado, situa-se a zona central da Cidade.

Entretanto, as densidades mais altas em Apucarana não são encontradas nas suas áreas mais centrais e sim, na periferia, naquelas ocupações planejadas ou espontâneas localizadas nos quadrantes oeste, norte e nordeste da malha urbana, principalmente no Conjunto Habitacional João Paulo I, no entorno da Vila Regina, no Núcleo Habitacional Afonso Camargo, no Núcleo Habitacional Dom Romeu Alberti, na região do Jardim Ponta Grossa e em alguns outros setores menores espalhados pelo quadro urbano. As elevadas densidades nesses bairros, contudo, não podem ser festejadas como indício de urbanização satisfatória, uma vez que, nesse caso, geralmente estão a traduzir subdimensionamento do sistema viário, escassez de áreas de lazer e equipamentos comunitários, bem como insuficiência no tamanho médio dos lotes. Por outro lado, verifica-se que os bairros com densidades menores, na faixa de até 20 hab/ha, situam-se nas extremidades da periferia urbana, nos quadrantes sul e leste e também nos mesmos setores oeste e norte, denotando estarem em processo de ocupação recente, o que faz deles as áreas de expansão urbana da Cidade no presente.

Como comentário final, a respeito da densidade demográfica, cabe dizer que quando se confronta a população urbana de Apucarana com a área de 11.010,3ha do seu perímetro urbano legal, ou mesmo com a área de 3.357,6ha da sua superfície loteada, resultam densidades, respectivamente, de 9hab/ha e 30hab/ha que, comparadas com a densidade mínima de 60,0hab/ha recomendada pelo CEPAM de São Paulo, sugerem estar a Cidade em



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

uma situação bastante grave quanto à economicidade e funcionalidade de sua estrutura urbana. Entretanto, retirando-se da área urbanizada do Distrito-Sede aqueles setores censitários onde o uso urbano ainda é incipiente, resulta a população e a área de, respectivamente, 82.693hab e 2.407,9ha, que proporcionam uma densidade média de 34hab/ha, valor esse mais razoável, em se tratando de uma cidade do porte de Apucarana, com poucos edifícios de habitação coletiva vertical e sem tradição de ocupação bifamiliar por lote.

4.4.3. Variação Demográfica

Quanto à variação demográfica, seu estudo é fundamental para se conhecer as tendências de crescimento demográfico nos diversos setores da Cidade, o que também permite identificar a direção dos vetores de expansão espontânea da sua malha urbana. Para tanto, foram levantados no escritório local do IBGE os dados das cadernetas de campo referentes às populações de cada setor censitário em 1996 e 2000, fazendo-se em seguida o cálculo e o mapeamento dos índices de variação demográfica nesses setores. Conquanto o ideal fosse utilizar os dados de população dos censos de 1991 e 2000, os primeiros não se encontravam mais disponíveis no escritório local do IBGE, uma vez que, decorrido determinado período depois da elaboração de um censo, as cadernetas de campo do mesmo são recolhidas ao escritório regional do órgão em Curitiba. Verifica-se que a maior parte dos setores censitários na Cidade experimentou acréscimos e decréscimos discretos nos seus contingentes demográficos entre 1996 e 2000, compreendidos no intervalo de até 10,0%, para mais ou para menos. Ver Mapa 4.4.

Quanto às áreas com perda moderada de população, observa-se que desenham duas estreitas faixas paralelas em sentido leste-oeste, sendo uma ao norte e outra ao sul da zona central. A retração demográfica na primeira talvez se deva ao fato da mesma conter áreas segregadas "do outro lado" da ferrovia, a exemplo do Jardim João Paulo I e da Vila Regina, ou com progressiva especialização em atacado e indústrias, como é o caso da Barra Funda, ou, ainda, onde o uso residencial começa a ser expulso pela expansão do comércio da zona central, como ocorre no Bairro 28 de Janeiro. A contração demográfica na segunda faixa, por seu turno, talvez comporte dois tipos de explicação: no tramo oeste da mesma encontram-se bairros residenciais de ocupação antiga, onde, com o passar do tempo, as famílias diminuem de tamanho pela emancipação ou casamento dos filhos, o que se reflete na redução dos seus contingentes demográficos, enquanto no trecho leste, compreendido entre a Avenida Minas Gerais e a ferrovia, a redução demográfica provavelmente se deve ao crescimento do seu comércio pesado, o qual normalmente acaba expulsando o uso residencial, quer porque seus habitantes se mudam em busca de locais mais tranquilos e seguros para morar, quer porque sucumbem à pressão econômica dos usos não-residenciais e acabam vendendo suas propriedades para a instalação desse tipo de atividade.

Além dessas, verifica-se a existência de algumas áreas com decréscimos superiores a 10,0%, sendo dignas de registro a zona central, em torno da Praça Rui Barbosa, a área ao redor do Country Club, a região do antigo aeroporto, além da área de chácaras a oeste da Represa do Schmidt. No caso da zona central, a redução de população certamente se deve à substituição do uso residencial pelo comércio e os serviços, configurando uma tendência de especialização funcional indesejável, pois o ideal seria a coexistência equilibrada entre o uso residencial e os demais aí presentes, de tal forma que a zona central não perdesse em



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

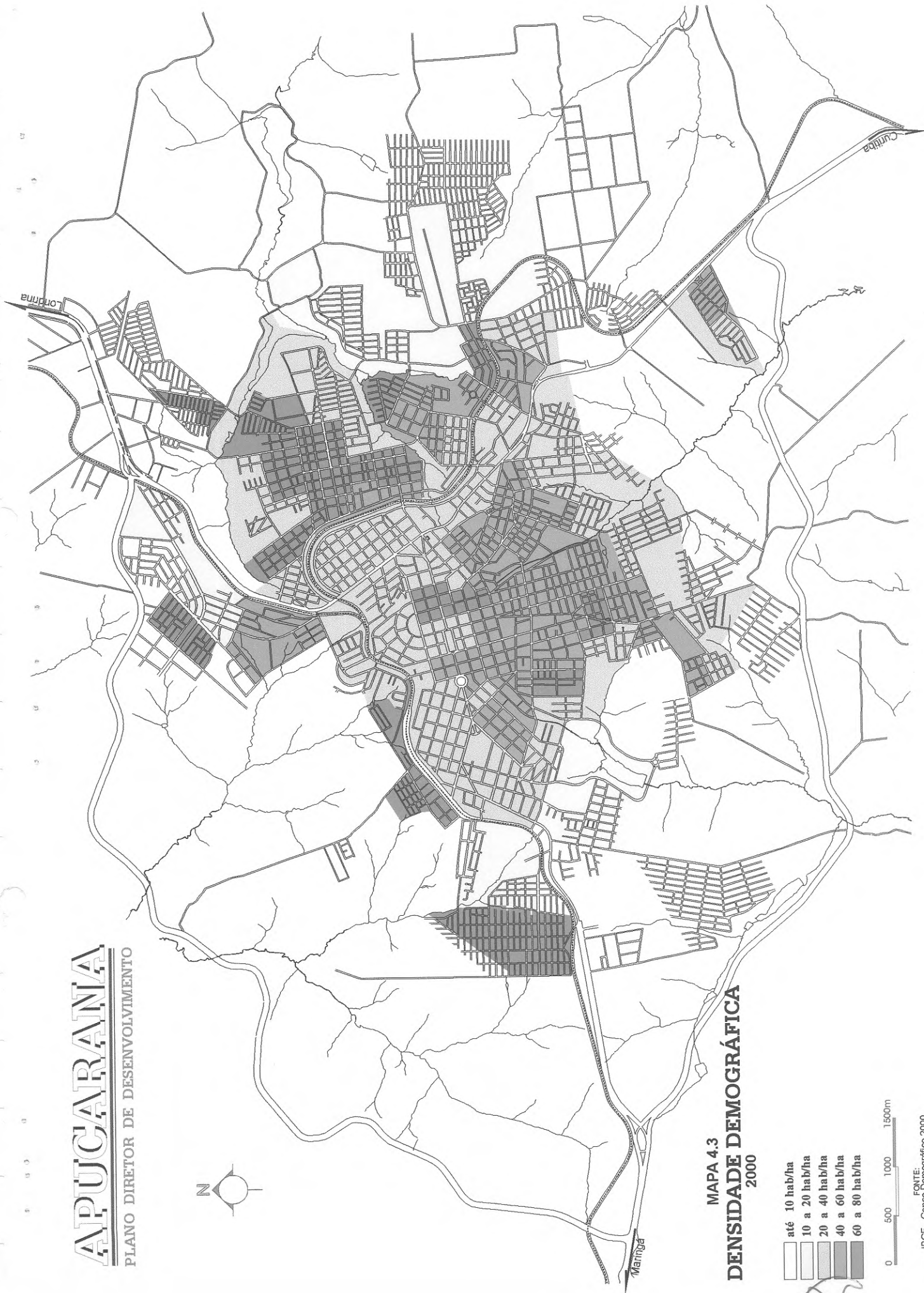
animação e movimento de pessoas, sobretudo nos fins-de-semana e feriados e nos horários não comerciais. Quanto às demais áreas com perda acentuada de população, devem ser objeto de estudos mais aprofundados no sentido de se determinar as reais causas para a ocorrência desse fenômeno.

O pano de fundo na malha urbana, porém, é constituído por áreas que ganharam população no período 1996/2000, observando-se, em primeiro lugar, uma faixa em sentido leste-oeste coincidente com o eixo funcional principal da Cidade e que, à exceção da zona central, experimentou crescimento demográfico moderado. Afora essa faixa, observa-se que no quadrante sul destacam-se áreas com variados ritmos de crescimento populacional, o mesmo acontecendo com o setor sudoeste do quadro urbano. Entretanto, a região da Cidade que apresentou o maior índice de crescimento foi o seu extremo leste, onde se registraram taxas de crescimento superiores a 50,0% em apenas 4 anos. Dessa forma, percebe-se que poderia estar em curso um movimento de translação de população dentro da Cidade, com o adensamento demográfico ao longo do seu eixo principal e nos seus setores leste, sul e sudoeste, enquanto os seus quadrantes noroeste, norte e nordeste apresentaram decréscimos discretos de população, exceção feita ao miolo da zona central, em torno da Praça Rui Barbosa, que experimentou forte esvaziamento populacional no período considerado.

No presente, as tendências espontâneas de expansão urbana em Apucarana ocorrem nos quadrantes leste, sul e sudoeste, enquanto para o oeste, norte e nordeste o crescimento da malha urbana é obstaculizado pelos trilhos da Rede Ferroviária Federal, pelos inúmeros cursos d'água que cortam a malha urbana, além de impedimentos de ordem geotécnica, sem falar nas restrições decorrentes do fato de pertencerem às bacias dos rios Tibagi e Pirapó que, segundo o IAP, são contra-indicadas à urbanização. À exceção do setor leste, que também pertence à bacia do Tibagi, aquelas tendências espontâneas coincidem com a melhor alternativa de ordem físico-territorial para a expansão da Cidade, onde o adensamento demográfico será condicionado apenas pelas características de relevo e hidrografia da base natural.

APUCARANA

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO



MAPA 4.3
DENSIDADE DEMOGRÁFICA
2000

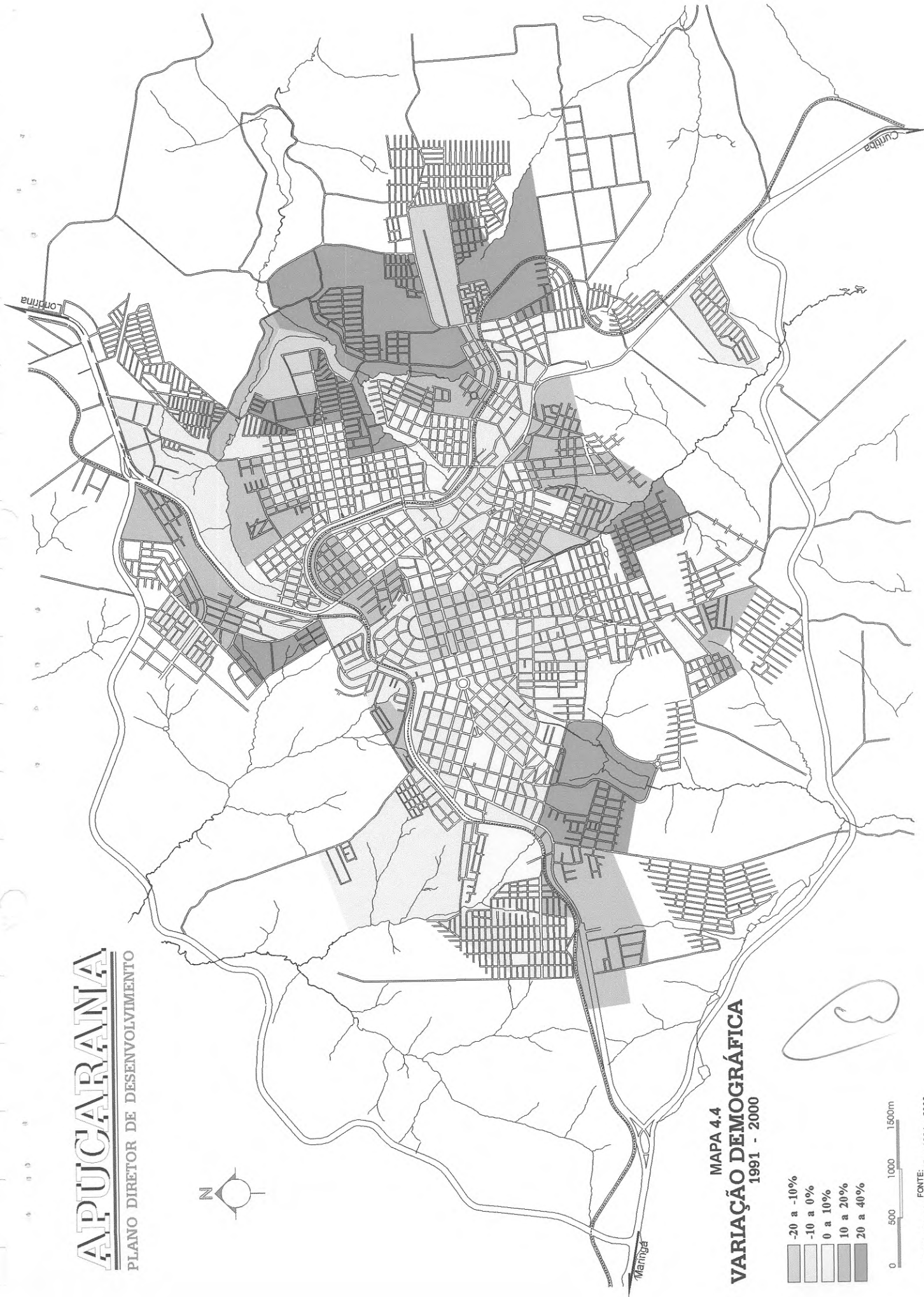
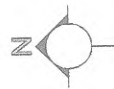
- até 10 hab/ha
- 10 a 20 hab/ha
- 20 a 40 hab/ha
- 40 a 60 hab/ha
- 60 a 80 hab/ha

0 500 1000 1500m

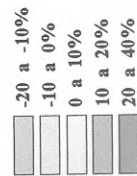
FONTE:
IBGE - Censo Demográfico 2000

APUCARANA

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO



MAPA 4.4
VARIAÇÃO DEMOGRÁFICA
1991 - 2000



0 500 1000 1500m

FONTE:
IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000



4.5. USO DO SOLO

A configuração espacial dos diversos tipos de usos do solo em Apucarana ocorreu de forma espontânea nos seus primeiros anos de existência, tendo, a partir da aprovação em 1968 do pacote de leis urbanísticas decorrente do plano diretor elaborado em 1967, passado a obedecer a um processo controlado de gestão do espaço urbano, configuração essa que, em linhas gerais, pode ser considerada como satisfatória. O maior problema encontrado na Cidade, quanto à articulação funcional e espacial dos usos, refere-se à excessiva concentração de estabelecimentos de comércio atacadista e indústrias moageiras no setor oeste da cidade, em coexistência com o uso residencial, sobre o qual acaba projetando perturbações incômodas e nocivas. Entretanto, a localização desses estabelecimentos atacadistas e agro-industriais na malha urbana se explica pelo fato de representar a melhor posição em relação aos fluxos de matérias-primas agrícolas que, normalmente, chegam à cidade pelo seu lado oeste.

4.5.1. Uso Residencial

O uso residencial em Apucarana, como ocorre em qualquer cidade, compõe o pano de fundo da malha urbana, estando acompanhado da presença do comércio vicinal em quase todos os seus bairros. Despontam como estritamente residenciais o Jardim Europa, o Núcleo Habitacional Castelo Branco e o Bairro 28 de Janeiro, sendo este último, por sua topografia regular e lotes de grandes dimensões, tradicionalmente considerado como o de mais alto padrão da Cidade. As zonas residenciais de padrão intermediário, com datas de tamanho médio, localizam-se na área central e nos bairros adjacentes a ela, situados nos setores oeste e sul do quadro urbano, enquanto aquelas consideradas de baixo padrão residencial podem ser encontradas nos bairros da periferia, principalmente nos quadrantes norte, nordeste e leste da malha urbana. A avenida Minas Gerais a leste (acesso rodoviário de quem procede de Londrina e Curitiba) e a ferrovia, ao norte, funcionam como marcos divisores dos padrões habitacionais na cidade, sendo as moradias encontradas nos bairros externos às faixas da rodovia e da ferrovia mais recentes e de padrão construtivo inferior, devendo-se registrar que foi exatamente nesses bairros onde surgiu a maioria dos núcleos habitacionais populares, como, aliás, normalmente ocorre na maioria das cidades.

Existem 17 núcleos habitacionais em Apucarana, implantados pela Prefeitura ou pela COHAPAR, os quais compreendem um total de 4.924 unidades residenciais, significando uma população residente em torno de 17.000 habitantes, que corresponde a cerca de 17,0% da população urbana total do Município. Dentre esses núcleos, os conjuntos João Paulo II, localizado no setor oeste, Parigot de Souza e Adriano Correia, no quadrante sul, Castelo Branco, na parte leste, e Afonso Alves de Camargo, na região norte da cidade - todos implantados no período 1970/80 - apresentam hoje um bom nível de infra-estrutura urbana, abrigando moradores de classe média que, na sua maioria, já promoveram a reforma e/ou a ampliação de suas residências. Os demais núcleos habitacionais, implantados posteriormente àqueles acima referidos, carecem de infra-estrutura e abrigam populações de menor poder aquisitivo, devendo-se registrar que restam poucas áreas de domínio público na Cidade para a implantação de novos conjuntos habitacionais.

4.5.2. Uso Comercial



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE APUCARANA

ESTADO DO PARANÁ

As concentrações de estabelecimentos de comércio varejista e de prestação de serviços de caráter central em Apucarana ocorrem em torno da Praça Rui Barbosa, ao longo das avenidas Munhoz da Rocha e Curitiba, bem como nas ruas Oswaldo Cruz e Ponta Grossa, além das ruas Nagib Daher e Gastão Vidigal, onde tais atividades ocorrem com menor intensidade. Esses eixos apresentam grande dinamismo e grande concentração de pessoas, provenientes tanto da Cidade como da sua região de influência, constituindo-se o comércio e os serviços neles localizados em um dos principais suportes da economia apucaranesa nos dias atuais. Como eixos comerciais importantes, destacam-se também as avenidas Minas Gerais e Governador Roberto da Silveira, nas saídas para Londrina, Curitiba e Maringá, nas quais, todavia, a concentração comercial se dá em torno de estabelecimentos atacadistas, bem como de comércio varejista e serviços especializados, a exemplo de galpões e armazéns e outras atividades afins com o transporte rodoviário, como oficinas de reparos e lojas de autopeças.

4.5.3. Uso Industrial

As áreas industriais encontram-se localizadas ao longo dos três acessos rodoviários da Cidade e estão adequadamente posicionadas em relação à acessibilidade, à topografia e à infra-estrutura urbana. Excetuam-se a zona industrial situada no setor oeste da cidade que, por estar demasiadamente próxima aos demais usos urbanos, produz sobre eles efeitos perturbadores, bem como o Parque Industrial Zona Norte, onde o uso industrial deve ser submetido a restrições, devido ao fato dos ventos dominantes soprarem em direção à malha urbana.

4.5.4. Áreas Verdes

Atualmente a superfície do Município é coberta por 2.400,0ha de matas, representando apenas 4,0% dos 55.552,0ha do território municipal. O complexo de áreas verdes da cidade é composto por 34 praças, com área total de 151.845,0m² e 4 parques, que somam 2.753,256 m², totalizando 2.905.101,0m² de áreas verdes no perímetro urbano e que correspondem a 11,7% da sua superfície total. Esse valor perfaz o coeficiente de 29,2m² de área verde por habitante, o qual significa praticamente o triplo do parâmetro mínimo de 10,0m² recomendado pela ONU. As praças e parques, em geral, não foram planejados, tendo sido localizados de modo aleatório na malha urbana, com árvores de várias espécies e diferentes características, enquanto a arborização dos logradouros públicos, concentra-se nas áreas mais centrais, ficando deficientes de arborização as vias de alguns dos bairros periféricos. A seguir, é apresentada a relação das principais praças e dos parques da cidade.

A Praça Rui Barbosa é a praça da Catedral, localizada no “baricentro” funcional da Cidade, constituindo-se, por isso, na sua praça principal. Possui uma área de 14.628,0m² e encontra-se equipada com bancos, banca de revistas, café, módulo policial, plataforma elevada para apresentações ao ar livre e sanitários. É bem arborizada e bem iluminada, apresentando grande frequência de usuários, já que, devido à sua localização central, a passagem por ela é quase que obrigatória, devendo-se registrar apenas o fato dos seus sanitários estarem desativados, o que representa um transtorno para a população, principalmente de fora que procura Apucarana para as compras de fins-de-semana.